EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR PROMOTOR DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA PERANTE A VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS E PATRIMÔNIO PÚBLICO DE GURUPI-TO.

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE GURUPI-TO, SEÇÃO SINDICAL DO ANDES- SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (APUG - SSIND), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n° 25.042.920/0001-01, domiciliada na Rua Engenheiro Bernardo Sayão n° 168, Setor Central, CEP-77.402-060, Gurupi-To, associação legalmente constituída há mais de 01 (um) ano, conforme Estatuto Social acostado.

Nos termos do artigo 129, inciso III, c/c art. 37, § 4°, todos da Constituição Federal de 1988; c/c art. 8°, §1° e art.9° da Lei 7.347/85; art. 11, inciso I e IV c/c art. 22 da Lei 8429/92, vem respeitosamente a presença de Vossa Senhoria requerer:

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO TOCANTINS
PROTOCOLO
Gurupi, 07/03/14
Assinatura

22:16

REPRESENTAÇÃO COM PEDIDO DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO PARA APURAÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E PROPOSITURA DE MEDIDAS JUDICIAIS CABÍVEIS.

Em face da **FUNDAÇÃO UNIRG**, fundação pública inscrita no CNPJ(MF) sob o nº 01.210.830/0001-06, com sede administrativa na Av. Pará, Qd. 20, Lt. 01, nº. 2432, Bairro Engº Waldir Lins, em Gurupi-TO, mantenedora do CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIRG, a ser citada pelo seu Presidente, Antônio Sávio Barbalho Nascimento, brasileiro, solteiro, advogado, portador do RG nº. 616.172 SSP/DF e inscrito no CPF nº. 244.010.481-72, nomeado pelo Decreto Municipal nº. 013/2013, pelos fatos e fundamentos a seguir aduzidos:

1 - DOS FATOS E DO DIREITO.

1.1 - DO ATO ILEGAL E ÍMPROBO NA RETENÇÃO DOLOSA DE SALÁRIO DE DOCENTE.

Consta do contracheque em anexo que o demandado em desrespeito à função pública que exerce, em clara violação à ordem jurídica e legal, efetuou dolosamente desconto no salário do docente Gilberto Correia, Presidente da Associação dos Professores Universitários de Gurupi – APUG, no mês de Janeiro de 2014 no valor

de R$ 1.351,56 (um mil trezentos e cinquenta e um reais e cinquenta e seis centavos).

Importante salientar que, o desconto indevido suprimiu valor referente ao regime de trabalho de **DEDICAÇÃO EXCLUSIVA**, a qual possui natureza jurídica de salário, nos termos do Art. 61, da Lei 1755/2008:

> Art.61. Os docentes admitidos a título de **dedicação exclusiva** receberão **salário** correspondente a 40 horas semanais, de acordo com a classe e nível em que se encontram, com acréscimo de 30% (trinta por cento). grifo nosso.

Por isso, gera inegáveis e incomensuráveis prejuízos ao docente, não somente pessoal e familiar, mas também afeta diretamente a coletividade.

Pois, é cediço que, a retenção dolosa da remuneração do professor, ocupante de cargo eletivo classista, confirma o ato ilegal e ímprobo do Gestor da Fundação UNIRG em clara afronta ao **artigo 7°, X, CF;** e aos Princípios Constitucionais regentes da administração pública, nos termos do **artigo 37, § 4°, CF.**

Nesse sentido, a **Lei 8429/92, artigo 40 (Lei de Improbidade Administrativa – LIA)**, prevê expressamente a obrigação dos agentes públicos **"(...) a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, de impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência no trato de assuntos que lhe são afetos."**

Insta consignar que a **LEI N°. 1.755, DE 21 DE MAIO DE 2008**, que institui o Regime Jurídico e o Plano de Carreira e

Remuneração dos Docentes de Ensino Superior da Faculdade UNIRG no **CAPITULO IV - Dos Afastamentos**, é o fundamento legal que está sendo desobedecido, como segue:

> **Art. 110.** O docente poderá afastar-se:
> **V** - para desempenho de mandato classista presidente/dirigente da entidade associativa ou sindical representativa dos docentes da faculdade UNIRG.
>
> **Seção II**
> **Do Afastamento para desempenho de mandato classista da entidade associativa ou sindical representativa dos docentes da faculdade UNIRG**
> **Art. 112.** É assegurado ao docente eleito como presidente da associação representante dos docentes da faculdade UNIRG, afastamento de suas funções, **sem prejuízo a remuneração a qual faz jus (art. 49) para o desempenho do exercício autônomo do mandato eletivo de dirigente classista de entidade associativa/sindical.**
> Parágrafo Único - O afastamento terá duração igual à do mandato, podendo ser prorrogada, no caso de reeleição, e por uma única vez. (Grifo nosso).

Conclui-se que, a retenção ilegal do salário do docente perpetrado pelo Gestor atenta contra os Princípios já elencados, assim como, desrespeita os preceitos legais que regulam a matéria no Município.

Por todo o exposto está amplamente provado a necessidade de instaurar-se inquérito civil para apurar as irregularidades e consequente Ação de Improbidade Administrativa.

1.2 - DA CONTRATAÇÃO ILEGAL DE PROFESSORES TEMPORÁRIOS.

A contratação temporária deve representar uma situação excepcional nos quadros da Administração Pública, autorizada pela Constituição Federal no art. 37, inciso IX, da CF, prevendo esse tipo de contrato por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Na seara municipal a **LEI Nº. 1.755, DE 21 DE MAIO DE 2008** é a norma regulamentadora para os casos de contratação temporária de professores, como segue.

> **No CAPITULO II**
> **Dos docentes não integrantes do quadro.**
>
> **Art. 197.** Além dos integrantes da carreira, o corpo docente também será constituído por professores visitantes e substitutos nos termos definidos nesta lei.
>
> **Art. 198.** O Professor Substituto é admitido, em caráter transitório, pelo prazo máximo de doze meses, permitida uma única prorrogação pelo prazo de um ano, e vedada nova contratação antes de decorridos vinte e quatro meses do término do contrato anterior, exclusivamente para suprir a falta de docentes integrantes da carreira, e sua formação ou especialização deve guardar estreita correlação com a área de atuação do professor substituído.
>
> **§ 1º-** Para os efeitos deste artigo, consideram-se substituições eventuais aquelas realizadas para suprir a falta de docentes da carreira, decorrente de exoneração, demissão, falecimento, aposentadoria, afastamento para capacitação e afastamento ou licença de concessão compulsória.

> **§ 2°- A contratação do professor substituto far-se-á mediante processo de seleção pública a ser estabelecido pela instituição.**
>
> **§ 3°-** As contratações para substituir professores afastados para capacitação ficam limitadas a 10% (dez por cento) do total de cargos de docentes na respectiva carreira.
>
> **Art. 199.** O Professor Visitante será admitido em caráter temporário para atender a programa especial de ensino, pesquisa ou extensão.
>
> **Art. 200.** A contratação de professor visitante será efetivada à vista de notória capacidade técnica e científica do profissional, mediante análise do curriculum adotado por Conselho Nacional de Pesquisa.

Ressalte-se que, no âmbito municipal a última lei publicada autorizando a contratação temporária de professores para o ano de 2013 foi a **Lei Ordinária N° 2080 de 15 de Fevereiro de 2013 (anexo)** com vigência de 12 meses com termo inicial em 01 de Janeiro de 2013.

No entanto, o Presidente da Fundação UNIRG em desrespeito ao ordenamento jurídico, por meio do **Ofício N° 010/2014** (anexo), decidiu que **"(...) haverá realização de bancas apenas para candidatos que não se submeteram à avaliação em qualquer época, seja em processos seletivos internos ou em concurso público, como recentemente ocorrido."**

Assim sendo, a Administração Pública promoveu a contratação temporária (sem o devido Processo Seletivo Simplificado) de candidatos aprovados no último concurso fora do número de vagas (cadastro de reserva), fato provado por meio do **Oficio N° 005/2014 – Pró-Reitoria de Graduação e Extensão (anexo).**

Incorre o gestor em ato ilegal e ímprobo, pois, atenta contra a legislação citada a qual impõe requisito essencial para a contratação de professores temporários.

Não deve prosperar a tese defendida com objetivo de contratar os aprovados em cadastro de reserva a título precário com inobservância ao procedimento legal, pois, a regra é clara e deve ser observada, não cabe aqui a discricionariedade.

Dessa maneira, não resta dúvida que, se há vagas para os candidatos aprovados em cadastro de reserva, que sejam nomeados e empossados como efetivos, mas nunca como professores temporários.

Assim, no mérito, "(...) há a orientação segundo a qual a mera expectativa se convola em direito líquido e certo a partir do momento em que, dentro do prazo de validade do concurso, há contratação de pessoal, de forma precária, para o preenchimento de vagas existentes, em flagrante preterição àqueles que, aprovados em concurso ainda válido, estariam aptos a ocupar o mesmo cargo ou função (AgRg no RMS n. 36.811/MA, Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe 3/8/2012; AgRg no RMS n. 36.831/MA, Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 15/6/2012;REsp n. 1.185.379/MG, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 2/4/2012; e RMS n. 32.105/DF, Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 30/8/2010)[1]"

Por todo o exposto, a Administração, ao tornar pública a contratação precária de candidatos do cadastro de reserva, gera em contrapartida direito subjetivo tanto à nomeação quanto à posse no cargo efetivo.

[1] RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 25.622 - MG (2007/0267021-1)

1.3 - DA ILEGALIDADE NO PAGAMENTO DOS COORDENADORES DE CURSO.

A regulamentação da função dos Coordenadores de Curso e suas atribuições no Centro Universitário UNIRG estão dispostas no **Regimento Geral Acadêmico**, nos termos do artigo 40, a seguir:

> **Art. 40** - Cada Coordenação de Curso será exercida por um Coordenador **eleito dentre os docentes do curso**, votado em escrutínio secreto e universal pelos docentes, técnico-administrativos, ali lotados e pelos discentes de graduação do curso correspondente, observado o parágrafo único do art. 56 da Lei 9394/96, e nomeado pelo Presidente da Fundação UNIRG para mandato de 02 (dois) anos, permitida 01 (uma) reeleição subsequente.
>
> **§6°** - nos cursos em implantação, o Reitor do Centro Universitário UNIRG indicará o Coordenador de Curso e o Coordenador de Estágio, **dentre os Professores do curso**, que serão nomeados pelo Presidente da Fundação UNIRG para um mandato interino até que o curso tenha as condições de atender aos requisitos previstos neste Regimento e, nos cursos já implantados, em que não for possível atender aos requisitos do caput e §1°, **será admitida candidatura de Professores não efetivos.** Grifo nosso.

Ocorre que, os Professores Temporários que ocupam cargo de Coordenador de Curso receberam no mês de Janeiro de 2014 somente o salário correspondente à função de Coordenação.

Ora, a violação ao Regimento Geral Acadêmico é gritante, como se pode ver na literalidade dos dispositivos em destaque, os quais são claríssimos no que toca à obrigatoriedade legal de ser Professor para exercer o cargo de Coordenador de Curso.

Portanto, diante de tanta clareza no tocante à exigência legal anotada não podemos olvidar da má-fé do gestor público no caso em questão, em tentar chamuscar a observância do Princípio da Eficiência no que se exige na gestão de bens públicos.

Frise-se que, não são apenas os princípios administrativos, constitucionais descritos no art. 37 da Constituição Federal, e da Lei de Improbidade Administrativa, mas também há Legislação Municipal regente da matéria em questão, as quais foram descumpridas com laivo de imoralidade e ilegalidade, ensejando improbidade administrativa.

2 - DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Portanto, caracteriza-se, a adequação da conduta ímproba nos atos ilegais praticados os quais se subsumem à norma do **art. 11, inciso I da Lei 8429/92**, ou seja, aquele que **"praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência"**.

Nessa quadra, insta reconhecer que o art. 21, inciso I, da LIA não admite outra interpretação, no que concerne às sanções previstas ao caso concreto.

Dirimindo todas as dúvidas que ainda possam remanescer, ao comentar o preceptivo supratranscrito, MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO ensina que:

> (...) o que quis dizer o legislador, com a norma do artigo 21, I, é que as sanções podem ser aplicadas mesmo que não ocorra dano ao patrimônio econômico. É exatamente o que ocorre ou pode ocorrer com os atos de improbidade previstos no artigo 11, por atentado aos princípios da Administração Pública.
> A autoridade pode, por exemplo, praticar ato visando a fim proibido em lei ou diverso daquele previsto na regra de competência (inciso I do art. 11); esse ato pode não resultar em qualquer prejuízo para o patrimônio público, mas ainda assim constituir **ato de improbidade, porque fere o patrimônio moral da instituição, que abrange as ideias de honestidade, boa-fé, lealdade, imparcialidade**[2]. Grifo nosso.

A ordem jurídica global foi diretamente contrariada, assim como os vetores da legalidade[3], da moralidade[4] e da

[2] Direito Administrativo. 14ª ed. São Paulo: Atlas, 2002, p. 687-688.

[3] "A ***legalidade***, como princípio da administração (CF, art. 37, caput), significa que o administrador público está em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, **sob pena** de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso. (...) ***Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. A lei para o particular significa 'pode fazer assim'; para o administrador público significa 'deve fazer assim'"*** (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 27ª ed. São Paulo: Malheiros, 2002, p. 86).

[4] Sobre o princípio da ***moralidade***: "(...) pode-se afirmar que o legislador pátrio buscou trazer para dentro do sistema valores éticos da sociedade, normas de boa conduta, para dar colorido na prática dos atos administrativos, não sendo suficiente, para sua validade, que

eficiência[5], certamente colaborando para a deficiência da prestação do serviço público essencial de educação que configura direito fundamental do cidadão.

3 - DOS PEDIDOS.

ANTE O EXPOSTO, requer a responsabilização do gestor público representado, com a abertura dos procedimentos administrativos competentes para a investigação, bem como judiciais, por este Douto Parquet, órgão competente para a apuração dos crimes contra a administração pública e os atos de improbidade administrativa, sugerindo-se desde logo, caso comprovadas as denúncias, seja requerido judicialmente a aplicação das sanções previstas no artigo 12, inciso III, da Lei nº 8429/92.

se observem apenas a estrita legalidade, mas também, os deveres deontológicos de honestidade, imparcialidade e lealdade, que vem a ser a aplicação do princípio da moralidade administrativa. (...) *O princípio da moralidade administrativa tem suas origens na teoria do desvio de poder, criada para traçar limites ao poder discricionário, notadamente quando se trata da finalidade do ato que constitui a direção do agir administrativo, tão importante quanto às demais bases do Estado de Direito. Sua criação traçou os limites necessários à liberdade de escolha e o juízo de oportunidade do administrador"* (VIEIRA, Marcelo Lemos. O princípio da moralidade administrativa e seu controle pela Lei de Improbidade, In Improbidade Administrativa: responsabilidade social na prevenção e controle. Vitória: MPES, CEAF, 2005, p. 353-354).

[5] "O núcleo do princípio é a procura de produtividade e economicidade e, o que é mais importante, a exigência de reduzir os desperdícios de dinheiro público, o que impõe a execução dos serviços públicos com presteza, perfeição e rendimento funcional." (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 18ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, p. 24).

Nestes Termos

Pede Deferimento.

Gurupi, 06 de Fevereiro de 2014.

Associação dos Professores Universitários de Gurupi - APUG-SSIND

Presidente Gilberto Correia da Silva.